

REVISÃO DE INVESTIGAÇÃO E EVIDÊNCIA CIENTÍFICA RESEARCH REVIEW AND SCIENTIFIC EVIDENCE

José L. Pais Ribeiro[☒]

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal

RESUMO- Atualmente a produção científica cresceu de modo muito significativo em todos os campos da ciência. A identificação de evidência científica, seja para a prática, seja para a investigação, depara-se com esta multiplicação de conhecimento que tem que ultrapassar. Um modo de enfrentar tal profusão de conhecimento é fazer revisões de investigação. O presente texto expõe e discute os principais métodos utilizados na revisão de investigação, discutindo as suas vantagens e desvantagens, principalmente para a área da psicologia. Revisão sistemática, meta análise, narrativa, integrativa, síntese, scoping, são alguns dos métodos utilizados para a revisão e exposição de evidência científica. Da revisão sistemática com ou sem meta análise, aos métodos de revisão mais qualitativos ou mais extensos, todos são úteis se responderem à questão de investigação que lhes deram origem. A escolha da língua de publicação e do tipo de literatura revisto é outro aspeto a considerar. Há hoje uma enorme produção de "literatura cinzenta" publicada por agências científicas, governamentais, ou outras publicações que apresentam informação e dados importantes para a investigação e a prática, e que não podem ser ignorados.

Palavras-chave – evidência científica; revisão de investigação; métodos de revisão de investigação.

ABSTRACT- Currently the scientific production increased very significantly in all fields of science. The identification of scientific evidence, for practice, or for research, is faced with the proliferation of knowledge that must be overcome. One way to cope with such a profusion of knowledge is research review. This paper presents and discusses the main methods used in the review of research, discussing their advantages and disadvantages, especially in the area of psychology. Systematic review, meta-analysis, narrative, integrative, synthesis, scoping, are some of the methods used to review and display evidence based science. Systematic review with or without meta-analysis, methods of more qualitative or more extensive review, all are useful if they respond to the research question that initiate them. The choice of language of publication and the type of literature reviewed is another aspect to consider. Today there are a huge production of gray literature published by scientific organizations, government agencies, or others that present important data and information for research and practice, that can't be ignored.

Key- words - scientific evidence; research review; research review methods.

Recebido em 25 de Fevereiro de 2014/ Aceite em 25 de Setembro de 2014

[☒] Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal. Rua Alfredo Allen 4200-135 Porto, Portugal. Telef.: (351) 965045590. E-mail: jlpr@fpce.up.pt

Qualquer investigador, seja na sua fase mais elementar em início de estudos, seja numa fase avançada de investigação, recorre à investigação que foi feita anteriormente para identificar o estado da arte sobre um determinado tema e para fundamentar a sua ação. Com o advento das bases de dados electrónicas e a crescente facilidade de acesso às publicações, esse processo de consulta do que foi publicado, não só se complexificou como exige uma sofisticação metodológica que garanta que o que está a ser relatado como resultado dessa consulta, o é da forma mais adequada. Ou seja, não pode haver várias consultas com o mesmo objetivo, com a mesma questão inicial, a chegar a conclusões, a resultados, muito diferentes.

A "prática baseada na evidência" (PBE) constitui um importante movimento multidisciplinar originado no início da década de 90 do século passado no movimento da medicina baseada na evidência (MBE) explica Hjørland, (2011). Este autor sugere que deveríamos falar, de forma mais aberta, em "prática baseada na investigação" (PBI) em vez de PBE. Outros autores utilizam o termo "investigação baseada na evidência" (IBE) (Chiappelli, & Cajulis, 2008). Embora com origem na medicina, este movimento abrange hoje todos os campos da ciência e a maioria das disciplinas, embora com adaptações às características de cada uma (cf. Tranfield, Denyer, & Smart, 2003).

Chiappelli, Prolo, Rosenblum, Edgerton, e Cajulis, (2006) salientam a distinção entre IBE em medicina, tal como foi concebida por Archibald Cochrane, e a medicina baseada na evidência científica. Onde se lê medicina pode ler-se psicologia que, na intervenção, recorre a procedimentos idênticos aos procedimentos médicos. A IBE é um movimento de investigação das ciências da saúde (que inclui a psicologia) baseado na aplicação do método científico, que recorre deliberadamente a uma identificação explícita, rigorosa, e à avaliação e uso da melhor evidência disponível no momento.

A MBE, sendo um procedimento reconhecido pela comunidade científica como importante, tem inúmeras limitações, principalmente quando o objetivo é a aplicação clínica. Cohen, Stavri, e Hersh, (2004) apresentam e discutem as seguintes: centrar-se no empirismo, basear-se numa definição limitada de evidência, falta de eficácia da evidência, utilidade limitada para doentes individuais, e ameaça à autonomia da relação médico/doente. Também são salientadas as vantagens: por exemplo Sackett (2002), um dos pais fundadores da MBE refere que a prevenção em medicina é uma das áreas onde a evidência é especialmente útil dado a medicina preventiva ser frequentemente arrogante de três modos: "assertividade agressiva", tal como perseguir e fazer intervenção em pessoas saudáveis e assintomáticas; "presunção", que define como a crença que as intervenções preventivas farão geralmente, mais bem do que mal; finalmente, "arrogância", porque de modo desagradável e ostensivo, ataca os que colocam em questão a importância das recomendações preventivas.

A revisão de investigação como evidência

A PBE ou qualquer das suas variantes implica a revisão da investigação, e esta é muito variada. Arksey, e O'Malley (2005) referem que para as revisões se utiliza terminologia variada, nomeadamente: Revisão sistemática; meta análise; revisão rápida; revisão de literatura (traditional); revisão narrativa; síntese de investigação; e revisão estruturada, a que acrescentam o *scoping review*. Whittemore e Knafl (2005) falam de revisão integrativa,

revisão sistemática, meta análises, e revisão qualitativa. Numa investigação sobre a terminologia utilizada na literatura sobre revisões, Grant, e Booth, (2009) reportam 14 denominações de revisão: revisão crítica, revisão da literatura, mapeamento de revisão (*Mapping review*), meta análise, revisão de métodos mistos, visão geral, revisão sistemática qualitativa, revisão rápida, *scoping review*, revisão do estado da arte, revisão sistemática, procura e revisão sistemática, revisão sistematizada, revisão de cobertura (*umbrella review*). Há, portanto, uma grande variedade de termos utilizados na revisão de investigação, onde surge predominantemente a revisão sistemática, a meta análise, a revisão narrativa e a revisão integrativa, onde os dois primeiros tendem a ser considerados quantitativos, e os dois últimos qualitativos.

Cooper e Hedges (2009) referem que nas ciências sociais os termos "síntese de investigação", "revisão de investigação", e "revisão sistemática" tendem a ser utilizados indistintamente. Estes autores apresentam uma definição de revisão da literatura da Associação Americana de Psicologia como sendo a investigação sobre material já disponível, baseada em publicações que contêm informação primária, analisando-a, classificando-a, simplificando-a, e sintetizando-a. Diz que uma revisão de qualidade deverá sumariar os estados do conhecimento num tópico, e que deve ser escrita de forma clara, consistente, sucinta, abrangente (<http://www.apa.org/pubs/journals/men/literature-review-guidelines.aspx>)

Os estudos publicados sobre investigação têm aumentado imenso nos últimos anos. Pautasso (2013) refere que entre 1991 e 2008, o crescimento de publicações sobre alguns temas aumentaram entre 3 e 40 vezes consoante as áreas. Esta multiplicação da investigação justifica os estudos de revisão. É frequente encontrar estudos de revisão de investigação, embora muitos acabem por ser pouco úteis ou irrelevantes. De seguida apresentam-se algumas definições de revisão de investigação que poderão ser úteis para a psicologia.

Tipos de Revisão

Revisão sistemática

Liberati et al.(2009) definem revisão sistemática como uma formulação clara de questões, que recorrem a procedimentos sistemáticos e explícitos para identificar, selecionar, e avaliar criticamente investigação importante, e para coligir e analisar os dados dessa investigação. A revisão sistemática depende do modo como os dados são escolhidos, como são reunidos, e do modo como os resultados são apresentados diz Mandrekar e Mandrekar (2011).

Definida assim, a revisão sistemática não se diferencia de outros métodos de revisão. Dá-se o caso que, historicamente, a revisão sistemática se desenvolveu e popularizou na medicina para evidenciar os métodos de ação mais apropriados. É considerada a forma mais adequada para salientar as boas práticas que se realizam em medicina. A sua origem vem, em parte, de um alerta explícito num livro clássico de Archibald Cochrane, (1972) com o título "*Effectiveness and Efficiency*", onde este autor critica a prática médica, acusando-a de falta de evidência para os tratamentos, intervenções, testes, e procedimentos, que são utilizados no dia a dia. Dizia ele que não havia evidência que essas práticas fizessem mais bem do que mal. Cochrane (1972) defendia o que, dado que os recursos seriam sempre limitados, estes deveriam ser usados de forma a garantir o uso equitativo das práticas que mostrassem ser eficientes e eficazes, e que tal deveria ser feito recorrendo a estudos *Randomised Controlled*

Trials (RCTs), por que fornecem informação mais correta, mais rigorosa, para aquele fim. Em 1989 Cochrane, salientava que a RCT's era um elemento fulcral na revisão de investigação, sugerindo que outras áreas deveriam copiar estes métodos. O Centre for Reviews and Dissemination (2009) apresenta o critério PICOS (acrónimo de *Population, Interventions, Comparators, Outcomes and Study design*) a ser adotado na revisão sistemática, que no seu ponto último, "*study design*", explica que os estudos revistos devem ser RCTs.

Este é um dos critérios de rigor do método proposto por Cochrane que promoveu os RCTs como a forma apropriada de evidenciar a eficácia e a eficiência da terapia e prática nos cuidados de saúde, explicam Cohen, et al. (2004). É este procedimento decisivo na investigação sobre intervenções médicas, que torna a revisão sistemática frequentemente menos adequada em outras áreas.

Quando se diz que é um método rigoroso pode ser lido como sinónimo de rígido, um sinónimo de rigoroso que expressa, também, este método. Os estudos RCTs, são formalizados, também de uma forma rigorosa/rígida pela CONSORT (*Consolidated Standards of Reporting Trials*) que, na sua página, fornecem diagramas, incluindo em português, que mapeiam os procedimentos a seguir. Este é considerado o procedimento padrão para este tipo de estudos. É um procedimento incontornável para os estudos na área da intervenção médica, principalmente no estudo da eficiência e eficácia de medicamentos (Chan, et al.2013; Schulz, Altman, Moher, & the CONSORT Group, 2011). No entanto estes critérios devem ser utilizados também quando se pretende afirmar a eficiência e eficácia em intervenções não farmacológicas (Boutron, et al.,2008). Assim, também os estudos sobre a intervenção psicológica deverão seguir estas linhas orientadoras, seja quando se estudam procedimentos de intervenção em contexto de tratamento, seja na prevenção primária ou de promoção da saúde (Curry, Grossman, Whitlock, & Cantu, 2014).

Porque a revisão sistemática recorre a um conjunto de procedimentos e técnicas que procuram minimizar o viés e o erro, ela é vista como fornecendo evidência de elevada qualidade dizem Tranfield et al. (2003). Estes autores apresentam uma hierarquia de evidência nas ciências médicas ou da saúde, nomeadamente, de maior para menor evidência: revisão sistemática e meta-análises de dois ou mais ensaios aleatórios duplamente cegos; um ou mais ensaios amplos, aleatórios, duplamente cegos; um ou mais estudos de coorte bem conduzidos; um ou mais estudos de controlo de caso com protocolos de qualidade bem conduzidos; experiência de intervenção sem grupo de controlo; reunião de uma comissão de especialistas, reunindo opinião de pares; experiência pessoal. Akobeng (2005) e Marshall (2014) apresentam uma hierarquia de níveis de evidência de menor para maior, que começa com a opinião de especialistas, seguido por relato de caso, de estudos com controle de caso, estudos de coorte, estudos experimentais (RCTs), e revisões sistemáticas.

Akobeng (2005) explica que as RCTs constituem o método científico mais rigoroso para testar hipóteses e, por isso, é considerado o método de estudo padrão para avaliar a eficiência das intervenções. Neste, uma amostra da população em estudo é aleatoriamente alocada a dois ou mais grupos, com intervenções diferentes. Os grupos são seguidos por um período específico de tempo, e são observados e tratados de modo idêntico (no caso de medicamentos ou intervenções idênticas, estas são mascaradas, nos estudos designados por duplamente cegos, ou seja, nem quem aplica o tratamento sabe qual é o tratamento em estudo ou o placebo). Só deste modo se pode afirmar que os resultados dependem da intervenção.

São estudos dispendiosos sobre todos os pontos de vista. p.e., é o método que deve ser utilizado na aprovação de medicamentos. Estes estudos decorrem em várias fases, devem respeitar critérios éticos muito rigorosos, e depois do medicamento estar disponível, a investigação com o uso do medicamento em pessoas, nas várias fases, leva cerca de 10 anos. Outros métodos de intervenção não medicamentosos serão semelhantes aos utilizados na psicologia.

O termo "revisão sistemática" tende a ser utilizado com frequência, quando na maior parte dos casos não o é. Arksey e O'Malley (2005) explicam que, porque a investigação que usa o termo 'sistemática' frequentemente não adota elevados padrões que protegem de diversos vies, e porque também não recorre a critérios de qualidade na seleção da investigação primária, deveria utilizar o termo "revisão da literatura" em vez de "revisão sistemática". Estes autores sugerem que grande parte dos estudos na área da psicologia que não estudem a eficiência e a eficácia de intervenções relativamente focadas, realizadas com recurso a RCTs, não têm vantagem em utilizar a revisão sistemática. As críticas a este tipo de métodos, seja na MBE ou outra, que abrange a revisão sistemática, são inúmeros e fortes, e já citados acima (Cohen, et al. 2004). Há organizações de referência que fornecem orientação para a MBE como a The Cochrane Collaboration (www.cochrane.org/) ou a Campbell Collaboration (www.campbellcollaboration.org/).

Meta análise

A Declaração PRISMA, (acrónimo de *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) foca como reportar revisões sistemáticas e meta-análises. Não aborda como fazer revisão sistemática dado haver inúmeros guias sobre o modo de o fazer, mas acrescenta a meta análise à revisão sistemática.

A Declaração PRISMA consiste numa revisão da declaração QUOROM (acrónimo de *QUality Of Reporting Of Meta-analyses*), desenvolvida em 1996, e é uma evolução metodológica desta (Moher, Liberati, Tetzlaff, Altman, & The PRISMA Group, 2009). Incorpora a revisão sistemática à qual acrescenta a meta-análise. À definição referida na secção anteriormente, repetindo, formulação clara de questões que recorrem a procedimentos sistemáticos e explícitos para identificar, selecionar, e avaliar criticamente investigação importante, e para coligir e analisar os dados dessas investigações, acrescenta-se, os métodos estatísticos (meta análise) que são utilizados para analisar e sumariar os resultados desses estudos. Meta análise refere-se ao uso de técnicas estatísticas numa revisão sistemática para combinar os resultados dos estudos e identificar o tamanho do efeito dos estudos combinados.

Revisão integrativa

A Revisão Integrativa é um método específico de revisão que sumaria a produção científica e teórica produzida de modo a fornecer um conhecimento amplo sobre determinado fenómeno ou problema (Whittemore & Knafl, 2005). Se bem feita, ela constitui um bom meio para o desenvolvimento de teorias, com aplicação direta para a prática e para a definição de políticas de saúde, explicam estes autores.

A revisão integrativa inclui a análise de pesquisas que apoiam a tomada de decisão e a melhoria da prática clínica, possibilitando a síntese do estado do conhecimento de um

determinado assunto, além de apontar lacunas do conhecimento que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos. Ela permite a síntese de múltiplos estudos publicados e possibilita gerar conclusões genéricas a respeito de uma particular área de estudo. Para garantir a validade da revisão, os estudos selecionados devem ser analisados detalhadamente. A análise deve ser realizada de forma crítica, e devem ser procuradas explicações para os resultados diferentes ou conflitantes encontrados (Mendes, Silveira, & Galvão, 2008).

A revisão integrativa, é uma ampla abordagem metodológica que permite a inclusão de estudos experimentais e não experimentais, combina dados da literatura teórica e empírica, incorpora um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, análise de problemas metodológicos de um tópico particular. Assim permite gerar um panorama consistente e compreensível de conceitos complexos, de teorias ou problemas (de Souza, da Silva, & de Carvalho, 2010)

Síntese de Investigação

Cooper, e Hedges, (2009) definem Síntese de Investigação como o conjunto de revisão de características de um grupo particular de literatura. O seu principal objetivo é a integração da investigação empírica com o propósito de fazer generalizações: focam especialmente as teorias mais importantes, analisam criticamente a investigação que cobrem, e tentam ultrapassar conflitos que resultem dessa análise, identificando os aspetos cruciais, que facilitem investigação posterior.

Cooper e Hedges (2009) afirmam que nas ciências sociais os termos síntese de investigação, revisão da investigação e revisão sistemática são, com frequência, utilizadas como sinónimos: ou seja o termo "revisão sistemática", é utilizado, não no sentido que a investigação científica na área da saúde o usa, mas sim no senso comum. A psicologia que intervêm na área das ciências da saúde é, em primeiro lugar psicologia, ou seja é uma ciência que cai no campo das ciências sociais, mas também é uma área da saúde. Assim, dado que a psicologia, principalmente a clínica e a da saúde, na sua prática em contexto formal de saúde se assemelha à medicina, a revisão sistemática deverá possuir, neste contexto, as mesmas características que na medicina, pelo que o termo "sistemática" não deveria ser utilizado tal como o usa o senso comum. Por outro lado, dizem estes autores o termo revisão da investigação é utilizado também quando se avalia a qualidade da investigação. Deste modo sugere-se o uso do termo "Síntese de Investigação" em vez de "Revisão Sistemática"

Revisão narrativa

É uma revisão qualitativa que fornece sínteses narrativas, compreensivas, de informação publicada anteriormente. Usualmente os resultados são apresentados em formato condensado que sumaria os conteúdos de cada artigo dizem Green, Johnson, e Adams (2006). Comentam estes autores que, enquanto alguns autores defendem que a revisão deverá incluir uma crítica a cada estudo, outros defendem que tal não é necessário. Constituem instrumentos educativos úteis dado juntarem muita informação num formato legível, e apresentarem uma perspetiva alargada do tópico em revisão. São estudos apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um determinado assunto, tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista contextual. As revisões narrativas não informam as fontes de

informação utilizadas, o método de busca das referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos. São, basicamente, análises da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas ou digitais, baseadas na interpretação e análise crítica do autor, explica Rother (2007).

Em 1997, Cook, Mulrow, e Haynes explicavam assim as diferenças entre a revisão sistemática e a narrativa: enquanto a revisão sistemática procura respostas específicas aprofundadas para questões com frequência muito restritas, formuladas tomando em consideração a população e contexto, a condição ou doença de interesse, o tipo de tratamento tal como, p.ex. farmacológico, e os resultados considerados, a revisão narrativa, pelo contrário, foca um conjunto alargado de questões relacionadas com um tópico específico (em vez de abordar uma questão específica em profundidade).

Revisão scoping

O sentido do termo "*scoping*" pode ser aprofundado, amplo, extenso, abrangente. Na dificuldade em apresentar uma tradução direta decidiu-se manter o termo original. Armstrong, Hall, Doyle e Waters (2011), explicam que a revisão *scoping* é um processo de mapear a literatura ou evidência existente. Referem que as diferenças entre a revisão sistemática e a *scoping* são; a questão inicial é ampla, aberta, em vez de focada como na revisão sistemática; critérios de inclusão/exclusão podem ser definidos à posteriori na revisão *scoping*, em vez de antes de começar a revisão; a escolha do material a rever não foca a qualidade da investigação como prioridade inicial; pode ou não envolver extração de dados; a síntese é fundamentalmente qualitativa e raramente quantitativa; é utilizada para identificar as variáveis e as lacunas do corpo da literatura existente.

Arksey e O'Malley, (2005) dizem que as revisões *scoping* fornecem informação ampla e aprofundada em vez de focada, sobre toda a literatura existente, independentemente dos desenhos de estudo, sejam qualitativos ou quantitativos. Esta é uma das diferenças mais importantes com a revisão sistemática. Estes autores sugerem que a revisão *scoping* podia estar integrada num processo de revisão que forneceria informação inicial para realizar uma revisão sistemática a posteriori. No entanto pode ser um método útil por si próprio que conduza à publicação e disseminação do que diz a investigação num campo determinado, identificando falhas na IBE e PBE existentes. O critério para incluir ou excluir material de revisão não se baseia na qualidade dos estudos mas antes na sua relevância. A revisão *scoping* é exploratória e, enquanto tal, todos os resultados encontrados acerca do tópico devem ser incluídos. Este método, por ser mais inclusivo, permite que os investigadores identifiquem lacunas na investigação existente. O método de revisão *scoping* inclui a discussão com especialistas e os interessados no tema, de modo a contextualizar o que se encontra. Este tipo de revisão pode ajudar a mapear conceitos chave subjacentes à área de investigação, assim como as principais fontes e tipos de informação disponível. A revisão *scoping* é metódica e ordenada podendo ser comparada à análise qualitativa: em vez de somar e sumariar o que existe, permite uma compreensão profunda sobre os dados encontrados, do modo como se relacionam uns com os outros. É esta pretensa sistematização rigorosa que a diferencia da revisão de literatura usual.

CONCLUSÃO

Todos os procedimentos de revisão de investigação subjacentes à PBE, à PBI, à IBE, à MBE são rigorosos, úteis, metódicos. Estendem-se dos procedimentos mais rígidos, com um guião orientador muito detalhado, como no caso das revisões sistemáticas, matematizadas (meta análise) ou não, aos mais abertos e qualitativos onde o elemento mais importante é a análise, a avaliação, e a síntese dos resultados encontrados, ou seja, ao aprofundamento do conhecimento de uma área com base na opinião e orientação dos autores da revisão, que leve a uma proposta teórica ou de acção. Todos são apropriados se responderem à questão inicial para a qual são implementados, e se forem reportados de modo a que possam ser entendidos e reproduzidos pelos investigadores que acederem a esses relatórios.

Algumas revistas científicas de psicologia fornecem linhas orientadoras para os artigos de revisão que lhes são submetidos (Bem, 1995; Fernández-Ríos & Buela-Casal, 2009; Sternberg, 1995). Porque os procedimentos de revisão não são específicos da psicologia e estão definidos e organizados na literatura científica, não parece útil prescrever os critérios ou linhas orientadoras específicas para uma qualquer área ou revista. Hoje, os métodos de revisão estão suficientemente divulgados e acessíveis de tal modo que é dispensável inventar outros métodos.

Os diferentes métodos de revisão da literatura são hoje utilizados pelas diferentes áreas da ciência (Tranfield, et al., 2003) e, por isso, recomenda-se que a publicação de revisões que são propostas às revistas, sejam fundamentadas, e ajustadas aos objetivos da revisão e não aos da revista. Uma vez estes decididos eles devem seguir os padrões que estão definidos e divulgados na literatura.

Anderson, et al. (2001), no âmbito das ciências sociais, cruzam dois eixos: rigor da investigação; e relevância da investigação, identificando quatro áreas resultantes deste cruzamento: A ciência populista, que caracterizam como de baixo rigor e elevada relevância; A ciência pedante de elevado rigor e baixa relevância; A ciência pueril que não seria relevante nem rigorosa; Finalmente a ciência pragmática, que garantiria o equilíbrio entre rigor e relevância. Este último deverá ser o critério que deve orientar a revisão assim como toda a investigação científica. Este critério de análise pode aplicar-se a qualquer área da psicologia e não apenas às revisões.

Todos os métodos de revisão devem ser rigorosos, mas adaptados aos objetivos da investigação. Se se tratar de identificar a eficiência e a eficácia de uma intervenção não é possível fugir à revisão sistemática que está descrita e acessível em várias organizações como a The Cochrane Collaboration, de acesso fácil em qualquer motor de busca.

A revisão sistemática é apresentada como o método de referência para a identificação de evidência. No entanto tal não é evidente e é criticado fortemente, nomeadamente porque se alicerça mais em estatística (RCTs) e menos na filosofia ou na fisiologia. É provavelmente o procedimento mais eficaz quando se trata de estudos muito focados tal como a eficiência e eficácia de medicamentos. Em estudos mais clínicos sem procedimento RCTs, a evidência não é tão evidente, e o modo de incorporar a evidência na multifacetada decisão e prática na área da saúde e doenças pode não ser útil (cf. Cohen, et al., 2004). Para a maior parte dos estudos em psicologia os aspetos estudados e para os quais se procura evidência, são mais

amplos e, por isso, outros métodos de evidenciar, que não a revisão sistemática poderão ser mais adequados e capazes de fornecer mais informação, ou, pelo menos, informação mais apropriada, mais útil.

Um aspeto importante na revisão da literatura é que ela deve contemplar bases de dados variadas e de diversas línguas. Os manuais e textos de literatura mais respeitada nos métodos de revisão são explícitos e claros a esse respeito. Por exemplo, Waddington et al. (2012) afirmam que, "In addition to publication bias, ideally language bias should be avoided (for example, by using LILACS, which emphasizes health publications in Spanish and Portuguese) (p.363).

O mesmo é afirmado num manual de referência: em *Systematic Reviews* (2009) pode-se ler:

As already discussed, limiting searches to English language papers can introduce language bias. Large bibliographic databases, such as MEDLINE and EMBASE, do include a small number of non-English language journals. Using additional databases such as LILACS (Latin American and Caribbean Health Sciences Literature) that contain collections of non-English language research can minimize potential language bias. (p.16)

Infelizmente, é frequente os autores portugueses ignorarem a publicação na sua língua ou em línguas próximas como o espanhol, ou o francês. Ignorar a publicação noutras línguas que não a inglesa contribui para um enviesamento importante da revisão e, provavelmente, produzirá, citando o modelo de Anderson et al. (2001) publicação pueril.

Para além das línguas utilizadas também se deve ampliar a pesquisa de modo a incluir outros tipos de publicações não periódicas, como livros, atas de conferências, relatórios de organizações, monografias, documentação produzida nos ministérios, agências governamentais, organizações privadas, ONG's, e outras publicações usualmente designadas por literatura cinzenta (*grey literature*, definida como o que é produzido em todos os níveis do governo, institutos, academias, empresas e indústria, em formato impresso e eletrónico, mas que não é controlado por editores científicos ou comerciais) (cf. <http://www.greylit.org/>), ou outros estudos feitos de modo científico e que incluem informação relevante. Este tipo de publicações é crescente e acessível através dos sítios das instituições, tornando-as de fácil consulta, e frequentemente não se diferenciando, em termos de qualidade, das publicações em revistas científicas.

REFERÊNCIAS

- Akobeng, A.K. (2005). Understanding randomised controlled trials. *Archives of Disease in Childhood*, 90,840–844. doi: 10.1136/adc.2004.058222
- Arksey, H., & O'Malley, L. (2005). Scoping studies: towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology*, 8, 19-32. doi:org/10.1080/1364557032000119616.
- Armstrong, R., Hall, B., Doyle, J., & Waters, E. (2011). Cochrane Update 'Scoping the scope' of a cochrane review. *Journal of Public Health*, 33, 147–150. doi:10.1093/pubmed/fdr015

- Bem, D.J. (1995). Writing a review article for Psychological Bulletin. *Psychological Bulletin*, 118, 172-177. doi:org/10.1037//0033-2909.118.2.172
- Boutron, I., Moher, D., Altman, D.G., Schulz, K.F., & Ravaud, P., for the CONSORT Group (2008). Methods and Processes of the CONSORT Group: Example of an Extension for Trials Assessing Nonpharmacologic Treatments. *Annals of Internal Medicine*, 148:W-60-W-66. doi:10.7326/0003-4819-148-4-200802190-00008-w1
- Centre for Reviews and Dissemination (2009). *Systematic Reviews-CRD's guidance for undertaking reviews in health care*. Layerthorpe, UK: Centre for Reviews and Dissemination, University of York
- Chan, A-W., Tetzlaff, J., Altman, D., Laupacis, A., Gøtzsche, P., Krleza-Jeric, K. Moher, D.(2013). SPIRIT 2013 Statement: Defining Standard Protocol Items for Clinical Trials. *Annals of Internal Medicine*, 158, 200-207. doi:10.7326/0003-4819-158-3-201302050-00583
- Chiappelli, F., & Cajulis, O. (2008). Transitioning Toward Evidence-Based Research in the Health Sciences for the XXI Century. *Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine*, 5, 123–128. doi:org/10.1093/ecam/nem123
- Chiappelli, F., Prolo, P., Rosenblum, M., Edgerton, M., & Cajulis, O. (2006). Evidence-Based Research in Complementary and Alternative Medicine II: The Process of Evidence -Based Research. *Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine*, 3, 3–12. doi:10.1093/ecam/nek017
- Cochrane, A.L. (1989). Foreword. In: I. Chalmers, M. Enkin, M. Keirse (eds.) *Effective care in pregnancy and childbirth*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Cochrane, A.L. (1972). Effectiveness and Efficiency. *Random Reflections on Health Services*. London, UK: Nuffield Provincial Hospitals Trust.
- Cohen, A., Stavri, P., & Hersh, W. (2004). A categorization and analysis of the criticisms of Evidence-Based Medicine. *International Journal of Medical Informatics*, 73, 35-43. doi:10.1016/j.ijmedinf.2003.11.002
- Cook, D.J., Mulrow, C., & Haynes, R. (1997). Systematic Reviews: Synthesis of Best Evidence for Clinical Decision. *Annals of Internal Medicine*, 126, 376-380. doi:10.7326/0003-4819-126-5-199703010-00006
- Cooper, H., & Hedges, L. (2009). Research Synthesis as a Scientific Process. in: H. Cooper, L. Hedges & J. Valentine (Edts.). *The Handbook of Research Synthesis and Meta-Analysis*, (2nd ed., pp. 3-18). New York, NY: Russel Sage Foundation
- Curry, S.J., Grossman, D.C., Whitlock, E.P., & Cantu, A.(2014). Behavioral Counseling Research and Evidence-Based Practice Recommendations: U.S. Preventive Services Task Force Perspectives. *Annals of Internal Medicine*, 160, 407-413. doi: 10.7326/M13-2128
- de Souza, M., da Silva, M., & de Carvalho, R.(2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, 8, 102-106
- Fernández-Ríos, L. & Buela-Casal, G. (2009). Standards for the preparation and writing of Psychology review articles. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 9, 329-344

- Grant, M., & Booth, A. (2009). A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. *Health Information and Libraries Journal*, 26, 91–108. doi:10.1111/j.1471-1842.2009.00848
- Green, B., Johnson, C., & Adams, A. (2006). Writing narrative literature reviews for peer-reviewed journals: secrets of the trade. *Journal of Chiropractic Medicine*, 5, 101-117. doi:org/10.1016/S0899-3467(07)60142-6
- Hjørland, B. (2011). Evidence-based practice: An analysis based on the philosophy of science. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 62, 1301–1310. doi:10.1002/asi.21
- Hodgkinson G.P., Herriot, P., & Anderson, N. (2001). Re-aligning the Stakeholders in Management Research: Lessons from Industrial, Work and Organizational Psychology. *British Journal of Management*, 12, S41–S48. doi:10.1111/1467-8551.12.s1.5
- Lambert, M.J., Bergin, A.E., & Garfield, S.L. (2004). Introduction and Historical Overview. In M.J.Lambert. Bergin and Garfield's Handbook of Psychotherapy and Behavior Change (5th ed., pp. 3-15). New York: John Wiley & Sons. ISBN [0-471-37755-4](#)
- Liberati, A., Altman, D., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gøtzsche, P., Ioannidis, J.,.... Mohe, D. (2009). The PRISMA Statement for Reporting Systematic Reviews and Meta-Analyses of Studies That Evaluate Health Care Interventions: Explanation and Elaboration. *PLoS Medicine*, 6, e1000100
- Mandrekar, J., & Mandrekar, S. (2011). Systematic Reviews and Meta Analysis of Published Studies: An overview and Best Practices. *Journal of Thoracic Oncology*, 6, 1301–1303. doi:10.1097/JTO.0b013e31822461b0.
- Marshall, J. (2014). Linking research to practice: the rise of evidence-based health sciences librarianship. *Journal of the Medical Library Association*, 102, 14-21. doi:org/10.3163/1536-5050.102.1.005
- Mendes, K. D., Silveira, R., & Galvão, C. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enfermagem*, 17, 758-764.
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D., & The PRISMA Group (2009). Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. *PLoS Medicine*, 6, e000097
- Pautasso, M. (2013). Ten Simple Rules for Writing a Literature Review. *PLOS Computational Biology*, 9, e1003149
- Rother, E. T. (2007). Revisión sistemática X revisión narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20, v-vi. doi:org/10.1590/S0103-21002007000200001
- Sackett, D.L.(2002). The arrogance of preventive medicine, *Canadian Medical Association Journal* 167, 363-364.
- Schulz, K.F., Altman, D.G., Moher, D., & the CONSORT Group (2011). CONSORT 2010 Statement: updated guidelines for reporting parallel group randomised trials. *Annals of Internal Medicine*, 154, 291-292. doi:10.7326/0003-4819-154-4-201102150-00017
- Systematic Reviews (2009). CRD's guidance for undertaking reviews in health care Centre for Reviews and Dissemination, University of York, ISBN 978-1-900640-47-3. Retirado de (http://www.york.ac.uk/inst/crd/pdf/Systematic_Reviews.pdf)

- Sternberg, R.J.(1995). Editorial. *Psychological Bulletin*, 118, 171. doi:org/10.1111/j.1752-0118.2007.00059.x
- Tranfield, D., Denyer, D., & Smart, P.(2003). Towards a Methodology for Developing Evidence-Informed Management Knowledge by Means of Systematic Review. *British Journal of Management*, 14. 207-222. doi:org/10.1111/1467-8551.00375
- Waddington, H., White, H., Snilstveit ,B., Hombrados,J., Vojtkova,M., ...Tugwell,P. (2012). How to do a good systematic review of effects in international development: a tool kit. *Journal of Development Effectiveness*, 4, 359–387. doi:org/10.1080/19439342.2012.711765
- Whittemore, R., & Knafl, K. (2005). The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, 52, 546–553. doi:org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x